

*** REDACTOR PRINCIPAL ***
Alexandre Vieira
 *** EDITOR ***
Joachim Cardoso

Propriedade da União Operária Nacional
 (Formulário da lei que regula a liberdade de imprensa)
 — Oficinas de Impressão — R. da Atalaia, 131 —
 Redacção e administração — Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
 End. electr. Talhadas — Lisboa — Telefone: 7

ABATALLA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A LIBERDADE DE IMPRENSA

Em tempos que não vão muito longe, a imprensa republicana, sofrendo a repressão inextinguível da ditadura franquista, a miúdo protestava contra o cerceamento da liberdade de imprensa e as figuras mais em destaque no partido anti-dinástico, trovejavam nos comícios contra os atropelos de que eram alvo os órgãos da democracia. Na realidade, duro foi o período que enfiou através os jornais adversos às instituições — as apreensões sucediam-se, acarretando sensíveis prejuízos materiais e a monarquia chegou até a lançar mão do odioso regime da censura. Os arautos do novo regime, anunciaram, então, que com o baquear das velhas instituições — tais atentados à liberdade de imprensa — definitivamente terminariam. E basta folhearmos as coleções dos periódicos republicanos dessa época e ler os discursos dos evangelizadores do credo democrata, para encontrarmos referências bastantes à repressão monárquica e às promessas de uma muito maior liberdade, quando alvorecesse a República, aspiração levantada do povo português e que, afinal, se veio a transformar num desenfreado assalto aos dinheiros do Estado pelas gentes que mais se indignavam com os esbanjamentos da monarquia.

Todavia, não nos arredamos um ápice da verdade, se afirmarmos que nunca a imprensa viveu dias piores do que durante estes nove anos incompletos de reinado do povo soberano. Muitos jornais têm sido assaltados por bandos de sectaristas que, numa inextinguível sede de destruição, vandalicamente destruíram os haveres que neles se encontravam. A pretexto da intervenção na guerra, foi instituída a censura que, não poupando os mais inofensivos escritos, mutilando ferozmente os periódicos, de todo o interesse os despiu, não permitindo a mínima crítica, ainda a mais inocente, aos homens que no poder então se encontravam.

Mas se graves foram esses atentados à liberdade de imprensa, ficam eles a perder de vista ao pé dos que os últimos dias se têm praticado, como é do conhecimento da opinião pública, contra a imprensa sindicalista revolucionária. Criou-se, para os jornais que defendem os trabalhadores, um regime de excepção, sujeitando-os à revoltante censura prévia, sem que para isso as autoridades se baseiem em qualquer diploma oficial.

E os jornalistas burgueses que, em várias circunstâncias, se têm declarado defensores estrêmos da liberdade de

imprensa, perante tão grave atentado a essa mesma liberdade, quedaram-se silenciosos, demonstrando assim declarada conivência com os governantes para a perpetração de tão repugnantes crimes. Esquecendo as afirmações do passado, esquecendo que na monarquia gozaram geralmente de uma maior liberdade de imprensa do que aquela de que hoje disfruta a imprensa operária, eles calam-se, porque receiam que as nossas palavras de revolta e justiça, a nossa crítica acerba aos desmandos da classe capitalista, acabem por originar a rebelião do povo que trabalha, o que representaria para eles, repugnantes e escabrosas para a tróica de qualquer dinheiro põem a sua pena mercenária ao serviço da mais ignóbil causa, a extinção dos benefícios que colhem da defesa dos iníquos privilégios burgueses.

A liberdade de imprensa deve ser a liberdade mais respeitada num regime que se diz democrata. Não sucede assim. Na República Portuguesa nem só a liberdade de imprensa não é respeitada, como os mais elementares direitos são escarnecidos pelas nulidades que governam ou governam.

Que se impõe, portanto? Que o povo trabalhador, que foi o maior revolucionário de 5 de Outubro, que teve força para fazer derrota a monarquia de oito séculos, que pela liberdade expôs decididamente o peito às balas, não hesite em compeli-er os governantes a fazer respeitar a liberdade de imprensa, a liberdade mais sagrada, a liberdade mais merecedora de estrêna defesa da parte dos que aspiram a uma sociedade cheia de concordia.

Não representam as nossas palavras um incitamento a quaisquer sucessos para os governantes. Não. E isso por que devemos poupar forças que amanhã poderão ser necessárias. O que se torna necessário, neste momento, é uma imponente manifestação de consciência, demonstração que se faça o conjunto das estações oficiais, a fim de que elas bem compreendam o estado de alma do proletariado. E essa magnífica expressão da vontade soberana do povo, propõe-se realizá-la a União dos Sindicatos Operários de Lisboa, convocando a classe proletária para o comício a realizar, na quinta-feira, e a que certamente acorrerão entusiasmadamente as classes operárias de toda a região de Lisboa, que afirmam, assim, o seu decidido apoio e solidariedade à imprensa que defende as aspirações populares.

Após a revolução

III

Um dos pontos para onde os revolucionários têm de jogar as vistas, nas várias localidades onde a revolução se produzir, é para três ou quatro armazéns de largo espaço, salubres e higiénicos. Com que fim? Com o fim de se organizarem os celeiros da Comunidade. Nesses celeiros, que são de facto as dispensas do povo, mas dispensas a sério e não como algumas que existem hoje reclamando os géneros de vários mercadores, encontrará o povo o necessário para viver, em troca, bem entendido, dum labor racional dado à colectividade.

Esses celeiros, esses armazéns, destinando-se a receber toda a riqueza alimentícia local, serão os depósitos onde toda a gente irá fornecer-se com equidade. Acabar, deste modo, o direito iníquo de se brincar com o estômago do povo, praticando-se a máxima altamente moral de que quem quiser comer tem de trabalhar. Assusta-se a burguesia com esta norma. E' ignorância no caso. Assusta-se porque? Por que, repleta de ódio como se encontra, julga que o ódio dos revolucionários irá até ao ponto de a fazer suar, trabalhando. Não. Não é nada disso, se bem que alguns precisassem de suar um pouco, coisa que não sabem o que é.

Cada um, seja quem for, fará aquilo que souber fazer. Suponhamos que se trata de si. Monteiro dos milhões, que não sabe cavar batatas, embora saiba esplendidamente cozinhar, deixará a lavoura das batatas para aqueles que fazem esse serviço sem dificuldade e até com prazer. Mas o que fará então o cavalheiro como este? Já se disse: o que souber fazer. "Mas eles não sabem fazer nada", responde-me aqui do lado o Júlio da Narcisa, cujas mãos calosas não o seu atestado de escravo. Não concordo. Os srs. adoradores de Deus miúdo, sabem fazer muita coisa: estatísticas, dadas, etc. Deste modo e por que não há de estes cavalheiros ser os professores de dança das crianças da Comunidade, sabido que em comunismo todas as crianças poderão exercer esse higiénico sport? Enfim: de qualquer modo o caso se arrumará. Mesmo que a nova sociedade tivesse de manter as várias testemunhas,

Gonçalves CORREA.

O caso do "Debate"

PORTO, 20. — O juiz dr. Marcelino Durão prossegue no inquérito acerca dos casos da Igreja dos Congregados e da redacção do Debate, tendo ouvido já várias testemunhas.

NOTAS & COMENTÁRIOS

Parvajolas

Algumas pessoas, não muitas — apesar de ser infinito o número dos parvos — estomagaram-se fortemente com o nosso editorial de ontem, classificando-o de *triste*, visando a fazer supor ao leitor ingénuo que o artigo havia sido censurado, quando é certo que a censura prévia à imprensa não existe já. Ora, estas criaturas, de duas uma: ou são tolas ou estúpidas. Em primeiro lugar, a nota da redacção, em meia dúzia de linhas — que não podiam dar azo a confusões — explicava, a qualquer pessoa que soubesse ler, o motivo porque preferíamos calar-nos: calávamo-nos porque se houvessemos falado, o jornal seria novamente apreendido, como na véspera sucedera, e, ante o dilema de falar como pensávamos, sendo o jornal apreendido, ou de nos fingirmos resignados, para que ao jornal fosse permitida a circulação, optamos pelo silêncio, atitude que, sendo-nos extremamente dolorosa, era a única consentânea a nossa dignidade. Em segundo lugar, a censura prévia — em que lhes pesa — existe de facto, unicamente para a imprensa operária, é claro, visto ela não poder sair sem que o director da polícia de segurança do estado dê a respectiva autorização, após a leitura da primeira exemplar saído da máquina. Não sabem? Pois fiquem sabendo os agoniados políticos que isto é a verdade como verdade é termos nos carraças de razão para os enfileirar na ala interminável dos parvos. A menos que prefiram ser estúpidos...

Curteza de vistas...

Uma gazeta que para si se publica e que em tempos, quando correram boatos acerca de um assalto a este jornal disse ter gosto em se contar entre os amigos de *A Batalha* — como se de amigos de Peniche não estivéssemos fartos... — afirmava ontem, a propósito do cerco a vários bairros, caso que notório lugar relatamos, que ele fora motivado por se saber que as classes proletárias estavam preparando a Revolução Social!

Não sabemos que ideia faz esse periódico, que bastantes responsabilidades tem nas perseguições de que temos sido vítimas, do que seja a batalha final da tremenda guerra de classes que o proletariado demodadamente vem mantendo com a burguesia exploradora. E bastantes nos admira tal curteza de vistas quando é certo que na sua redacção tem lampada acesa quem em tempos professou ideais mais ou menos libertários. A não ser que essa criatura se encontre lutando com o desequilíbrio das suas faculdades mentais, o que não seria de extranhar atendendo a que apresenta o perigoso sintoma de ter de manhã um critério, ao passo que, em questões de capital interesse tem, à noite, outro...

Dez anos de guerra!

Conta Bonsoir de 19 do corrente que, num banquete há semanas realizado em casa do marechal Pétain, desta maneira falou mestre Clémenceau, ante uma luzida assistência de oficiais: — Podem estar descansados, meus senhores, a respeito do seu futuro militar: esta paz assegura-vos dez anos de guerra na Europa central.

E já o marechal Foch declarou ao Daily Mail:

... Para a outra vez, a Inglaterra achar-se há exactamente numa situação igual à de 1914. Não estará preparada e teremos nós de esperar por ela. Deves ter sempre em reserva material de guerra e conservá-lo incessantemente à altura dos últimos aperfeiçoamentos. A próxima guerra será sobretudo uma guerra de material. E' preciso que tenhamos laboratórios onde inventores, incessantemente activos, procurem assegurar-vos o primeiro lugar no que respeita aos aperfeiçoamentos exigidos no aspecto mecânico de uma nova guerra.

Confessado pelos próprios que a co-sinharam, esta paz tem o préstimo único de gerar novas guerras — como aliás aqui temos proclamado vezes sem conta. Não era, de resto, preciso muita penetração para futuro-lá. Certas fórmulas de paz, como a recente, servem apenas para eternizar a guerra. E, corresponsavelmente, certas espécies de guerra terão o préstimo de consolidar a paz. Os trabalhadores não de empenhar-se um dia numa guerra assim...

U. O. N.

Reúne hoje, às 21 horas, a Comissão Administrativa deste organismo para apreciar o relatório que há de apresentar ao II Congresso Operário Nacional e ocupar-se de outros trabalhos da máxima urgência.

A comissão encarregada pelo Conselho Central de avistar-se com a Comissão Administrativa da Federação Marítima para lhe transmitir a opinião do mesmo conselho acerca do incidente entre a referida federação e o sindicato dos Desembarçadores de Mar e Terra, de cumprimento à missão que lhe foi cometida, devendo expor oportunamente ao Conselho Central o resultado dos seus trabalhos.

A Comissão Administrativa da U. O. N. recorda aos sindicatos a resolução do Conselho Central sobre a circular que recentemente lhes foi enviada pelo ministério do trabalho a propósito das Bolsas de Trabalho e do Conselho Superior de Previdência Social, consistindo essa resolução em ser aguardada pelo sindicato a deliberação do próximo Congresso sobre o assunto a fim de manifestar a necessária homogeneidade na atitude a seguir.

Lede e fazei circular *A BATALHA* e *AVANTE!*

NA AMORA

A QUESTÃO DOS VIDREIROS

Os operários resolvem manter-se como até aqui

Há oito meses que os operários vidreiros da Amora se encontram em luta com a Companhia das Fábrias de Vidros. Foi em Dezembro do ano passado que a Companhia encerrou as fábricas lançando para a rua algumas centenas de operários, porque estes se recusaram a aceitar as determinações da Companhia que pretendia impor novas condições de trabalho, degradantes para os operários.

Tratou a Companhia, porque os seus operários não retomavam o trabalho nas condições por ela apresentadas, de recorrer por toda a parte pessoal para substituir os grevistas.

Para Espanha foram enviados seus para contratar garrafeiros. Mas a Federação Vidreira de Barcelona, sabendo do conflito existente entre aquela Companhia portuguesa e os seus operários, apressou-se a comunicar à Associação dos Vidreiros da Amora que desvidreiros espanhóis nenhum se prestaria a traír um movimento dos seus camaradas portugueses.

Chegou o momento da Companhia precisar de abrir as suas portas. Oito meses de paralização foi de mais para lhe mostrar que os operários não se deixam torcer como ela julgava.

Interessa-nos sobremaneira a questão dos vidreiros da Amora, porque ela é uma grande demonstração de força e um belo exemplo de resistência.

Havia a direcção da Associação dos Vidreiros convocada para ontem a assembleia geral da classe para apreciar a questão e resolver sobre o caminho a seguir. Resolvemos ir àquela localidade e assistir à sessão dos vidreiros.

Eram oito horas e cinco minutos quando o vapor que nos levava largou do Cais das Colunas em direcção à vila do Seixal. De ali nos encaminhámos num pequeno barco para a praia da Amora, onde chegámos às 10 horas.

Um convite aos "amarelos"

Nunca tínhamos visitado a Amora, pitoresca aldeia situada junto à bacia do Tejo.

A avenida Silva Gomes foi a primeira arteira que pisámos. Vimos ao longe as fábricas, cujas chaminés se elevavam na nossa frente. Chegámos lá chamounos a atenção o seguinte aviso afixado num portão:

«Dejeando a companhia das fábricas de garrafas da Amora recomencar a laboração das suas fábricas da Amora — resultado a que é impossível chegar, continuando a tratar com as comissões que se dizem representantes dos operários — e sendo necessário para isto organizar o quadro do seu pessoal vidreiro, para a fábrica que vai abrir, anuncia que está aberta a inscrição de pessoal a admitir para os diferentes serviços nas condições que são, por agora, as abaixo indicadas:

«A fim de facilitar esta inscrição, poder-se-á fazer pessoalmente no escritório fabril da Amora ou no escritório central em Lisboa, Rua do Alecrim, 7, ou por carta dirigida à administração para qualquer destes escritórios, como mais convier aos interessados. Lisboa, 24 de Julho de 1919. — Pela Companhia das Fábrias de Garrafas da Amora. — Os administradores, (aa) José M. Alvares, Raúl Carmo Garcia.»

Demos um pequeno passeio em redor das fábricas adormecidas, junto às quais uma sentinela velava pela conservação do cartaz.

«A associação? E' ali acima, na rua Conselho Boria. Olhe, lá está a bandeira.» Era um grevista que nos indicava, e, já que lá iam, acompanhámo-nos.

A transigência dos operários e a intransigência da Companhia

Ainda não havia começado a assembleia, mas já muitos operários se encontravam na sala das sessões. Procurámos a direcção, a quem nos apresentámos.

«Podeis dizer-nos em que pé está a vossa questão, há tam longo tempo pendente?

«A nossa questão está nisto: a Companhia quer abrir as portas, mas só as abrirá com o pessoal necessário para poder pôr os fornos em laboração.

O pessoal vai, com condições bastante razoáveis, aliás. A companhia aceita-as, mas dum modo bastante interessante: por intermédio da associação apenas as aceita em parte, enquanto que se os operários se apresentarem individualmente, concede-lhes maiores regalias do que as que a associação exige, conforme consta do aviso que um dia destes foi afixado à porta da fábrica.»

«Era caso para irem todos apresentar-se... individualmente...»

«Se aquilo não fosse para inglês ver. O que a companhia quer é matar a associação. Aquela frase "por agora", referindo-se às condições de trabalho, é bastante significativa. O plano é bem claro: admitte-se o pessoal em condições mais vantajosas ainda do que as da associação. Esta ficará vencida. Amanhã dá-se o dito por não dito, e as condições vantajosas vão-se, sem que os operários tenham a força e a autoridade de moral para se impor. A atitude do pessoal é esta: ou a companhia trata directamente com a associação, ou ninguém trabalhará. E' isto porque a companhia pretende afastar do seu pessoal alguns elementos que lhe não convêm. O seu procedimento não é mais do que a sua manifestação de vontade de tratar com a nossa associação.

Então a questão assim, eternizar-se-há.

«Não é esse o nosso desejo, e a prova é que transigimos já nas nossas reclamações. Nós queremos o que ganhávamos em 1918. Menos do que isso ainda, pois dispensamos 50 por cento da subvencção que então tínhamos, ficando na contingência de trabalhar só três, dois e até um dia por semana quando, por qualquer motivo, os fornos não estiverem em condições de funcionar.

«E quanto a amarelos? — Isso anda ali o Joaquim Antunes (o Gaivotas), que foi já nosso camarada, tratando de recrutar gente para trabalhar. Este amarelo-chefe, que na profissão nunca foi mais do que garrafeiro manhoso, anda, a sôdo da Companhia, procurando traír os seus colegas: ontem, com o grande desejo de vir a ser engenheiro-técnico numa fábrica da Companhia no Porto.

«E há garrafeiros que se prestem a seguir? — Garrafeiros e moldadores, não. Seguiram-no dois encarregados, como é natural, e um ou dois gazomistas. Ao todo são: o António Tato, o Luís Simão, o Francisco da Varina e o António André, cunhado do engenheiro.

«Quanto vão ganhar os amarelos? — E' conforme. Pelas garrafas de decilitro oferece a Companhia até 1905 por cada centavo. O que é interessante, porém, é que a tabela apresentada pela associação para garrafas do mesmo tipo é de 50 centavos por cada centavo.

«Cinco-centavos? Mas a que se deve uma grande diferença? — Não vê que a tabela da Companhia é só para amarelos e... por enquanto, como diz o convite. Naturalmente depois nem cinquenta centavos, quanto mais 1905. A guerra toda é contra a associação.

«Percebemos. E' a escola de Alfredo da Silva.

Os operários resolvem conservar-se na mesma atitude

Interrompemos o diálogo. O presidente agitava a campainha. Ia começar a sessão.

Em questão prévia o camarada José Manuel Dias refere-se à greve ferroviária, verberando asperamente o procedimento do governo que põe em prática processos semelhantes aos usados no tempo de Loyola. Propõe um protesto contra tais violências, a que a assembleia unanimemente se associa. Igualmente a assembleia aprova uma proposta do mesmo camarada para que na acta fique exarado o protesto da classe contra as arbitrariedades cometidas pelo governo sobre os jornais operários *A Batalha* e *Avante!*

Exposta a questão que estava marcada para a ordem do dia, usaram da palavra, José Manuel Dias, Manuel Raio, Vítor Pinheiro, António Luís, Manuel da Costa, Artur Palet, João Valente, António Caparrós, sendo todos de opinião de que a classe se deve manter na mesma atitude, só retomando o trabalho em condições que não sejam desprestiosas para os operários.

Toda a assembleia se manifesta de acordo com a opinião dos oradores, que aprova por unanimidade.

E' em seguida encerrada a sessão.

MUNIÇÕES PARA "A BATALHA"

Recebemos do nosso camarada Joaquim Eduardo Pereira, de S. Tomé, uma cativante e entusiástica carta que nos traz uma longa lista de assinaturas, e as seguintes quantias, com que vários camaradas contribuem para este jornal:

Joaquim Eduardo Pereira, 3820; Ramiro Pereira Monteiro, 520; Amador Cristiano Ramos, 3820; Augusto Raimundo, 3820.

O operariado protesta

contra as perseguições à imprensa operária

Na sede da Federação da Construção Civil, realizou-se ontem a anunciada sessão de protesto contra as violências exercidas pelo governo sobre a imprensa operária e contra a expulsão do camarada fabricante de calçado Artur Parente, arbitrariamente expulso do território da República Portuguesa, por cinco anos. As salas da Federação encontravam-se repletas, tendo aberto a sessão o camarada secretário geral da União dos Sindicatos Operários de Lisboa, que se referiu à repressão de que é vítima a imprensa sindicalista revolucionária, apontando a necessidade dos trabalhadores conscientes se manifestarem energeticamente, de forma a o governo se tornar mais respeitador da liberdade de imprensa. Referindo-se ao comício que quinta-feira se realiza, promovido pelo organismo que representa, a fim de tratar de tam grave questão, incita os camaradas presentes a fazer a máxima propaganda entre todos os trabalhadores, a fim de que o comício resulte uma imponente manifestação de força da classe proletária.

Usaram ainda da palavra representantes do nosso colega *Avante!*, da U. O. N., Federação da Construção Civil, Sindicato Unico Metalúrgico, da U. S. O. de Aveiro e outros organismos operários. Quasi todos os oradores, além de tratarem das perseguições à

A GREVE FERROVIÁRIA

Ainda não foi solucionada

Nota oficiosa do Comité Central

Sem esmorecimentos, continua a greve e continuará mesmo que se forme um movimento de acção directa contra nós, que pedimos mais pão, anunciado pelos jornais afectos à Companhia e governo.

Estejam descansados aqueles que nos querem aniquilar, porque os ferroviários não são pagos pelos altos poderes, porque trabalham e trabalharão sempre.

Os que nos ameaçam são aqueles que estão sempre ao lado de todos os governos, sustentando-se das migalhas que estes lhe atiam, como pagamento da sua ociosidade e livre trânsito pelas ruas, para poderem, a seu bel-prazer, atacar os trabalhadores pacíficos e homens de exemplar reputação.

Mas a greve há de continuar até que os trus acabem e sejamos satisfeitos nas nossas modestas reclamações.

A verdade é esta. Apoiem tanto pouco a classe ferroviária os grupos de acção que possam aparecer, porque também os tem, e se ainda não deram sinal, é porque mais do que espíritos reflectidos os tem sabido conter. Resumindo:

— Tudo isto mostra a impotência da parte de cima, disto ninguém duvida; E' refragante dos que se sustentam à custa dos outros.

— O movimento há de continuar, porque ainda não chegou a atingir a segunda fase do programa. Fiquem isto bem assente.

— Nunca os ferroviários pensaram que teriam de trilhar tal campo, mas visto o governo desprezar os interesses da nação e querer sepultar os que ali o tem sustentado, agirá de todas as formas, só tendo solução este conflito quando as nossas modestas reclamações forem satisfeitas.

— A quem cabe a responsabilidade dos roubos praticados nos haveres confiados à Companhia Portuguesa? — Unicamente aqueles que forneceram para ali guardas que contam só consigo e ao mesmo tempo mercadejam para os cigarros e vinho.

— Constantemente nos chegam notícias de actos de verdadeira solidariedade de transmitidos pelos nossos meios antecipadamente experimentados.

Viva a greve geral! — Avante, ferroviários! — A luta sem tréguas! — O Comité Central.

U. S. O. de Evora

A U. S. O., reunida em assembleia de delegados, protesta contra a forma reaccionária e despótica como procedem os governantes contra os nossos camaradas da C. P., exercendo as maiores violências contra a organização operária e empregando processos de que só se serviram os alemães, que tanto foram acusados de deshumanos.

Mais resolve saudar o órgão legítimo defensor das classes oprimidas, *A Batalha*, pela forma enérgica e altiva como se tem sabido impor na presença de tanto despotismo.

Cosinha comunista

Donativos recebidos no dia 26:

Dois anónimos, 20000; A. Brandão, antigo ferroviário, 1800; M. E., 2820; Obras do Hospital do Desterro, 7024; uma camarada barbeiro, 202; Parque Silva Porto, 37867; Escola Normal (Bemfica), 21816; Cordoaria Nacional, 15864; Praça da Figueira e arredores, 47562; Fábrica dos Botões, 3549; Empresa Progresso Industrial, 2805; Fábrica Portugal, 4594; Casa Street, 1875; Fábrica das Varandas, 1875; Escola Politécnica, 10864; Obras da Escola Machado Casiro, 12990; Exploração Porto de Lisboa, oficinas, 9806; Pessoal do Alfeite, 24879; Parque Automóvel Militar, 8968; Fábrica Brito (Beato), 441; Manufacturas de Calçado (Casa Cunha), 10885; Casa Seixas (mecânica), 4566; serventes de secção de transportes A Marinha, 4520; Raul de Castro, 202; Serraria Lino, 1875; camarada Nobre, 550; Fábrica dos Tabacos, 42843; Manuel Carriho, 50; Quete Nogueira e Abilio, 1550; Parque Eduardo VII, 88874; António Laranjinha, 550; Fábrica de Armas, 21818; vapor "Gaza", pessoal E. Industrial, 11836; Fábrica Braço Prata, 28227; quete pessoal mobilizado do S. C. E., 10800; Federação Maximalista, 3810; quete em Chelas e Xabregas, 13835; Anónimo, 14; Bernardo da Silva, carpinteiro civil 20. Soma, 54485.

Por iniciativa das camaradas, Luís António, Abilio Joaquim da Silva, Hens-

imprensa operária, verberaram energeticamente a violência praticada contra o militante sindicalista Artur Parente.

Esgotada a inscrição dos oradores, é lida a seguinte moção, que foi aprovada por estridentes aclamações:

Considerando que nesta tão liberrima República se está exercendo violências contra a livre expansão da liberdade de pensamento, outrora tão defendida pelos actuais governantes; considerando que se encontra a estas horas em Hespanha o nosso camarada Artur Parente, vítima da reacção verde-rubra; considerando, ainda, que as classes operárias se suicidariam se consentissem na supressão dos jornais operários *Avante!* e *A Batalha*; Os operários, reunidos a convite da U. S. O. resolvem: 1.º Lutar por todos os meios para que jamais seja coartada a liberdade de pensamento; 2.º Conseguir o mais rapidamente possível a vinda de Artur Parente, delegado deste organismo; 3.º Obstar, pelos meios ao nosso alcance, as perseguições movidas ao contra a imprensa operária.

Durante a sessão, a numerosa assembleia soltou estrepitosas vivas à *Batalha*, ao *Avante!*, à U. O. N., à U. S. O.

rique Nogueira e Marcelino Pereira, foi feita uma quete que rendeu 47520 (quarenta e sete escudos e vinte centavos).

Para esta quete tivemos como auxiliares bastante valiosos os srs. José Cupertino e João da Costa Pinto. Estes senhores, quando souberam o fim altruista da nossa quete, não só se inscreveram, como também angariaram alguns donativos na Praça da Figueira, a favor da Cosinha Comunista. A estes prestáveis cidadãos agradece a comissão que tem a seu cargo a gerência da Cosinha.

Igualmente nos tornamos reconhecidos ao camarada Castelo, apontador geral das obras do Hospital do Desterro, assim como aos camaradas Matos Machado, apontador geral, Alfredo Costa, Joaquim Cabral e Manuel Maria, pela forma como receberam e auxiliaram os nossos comissionados que ali afluíram a angariar donativos a favor da nossa Cosinha. — A Comissão.

Em Sacavém

O que se passou com os ferroviários

Foram presos em Sacavém, pelas 10 horas do dia 24, os camaradas Viriato Paulo, Guilherme Pombal, Amadeu Barroso e Joaquim Lopes. Conduzidos para a estação, foram obrigados a embarcar no *vagom fantasma*, para substituir três camaradas que lá vinham e que foram libertados naquela villa. Seguiu o comboio para Coimbra, onde aqueles camaradas ficaram presos, numa casa sem luz nem ar, o que originou protestos que foram ouvidos, pois a porta foi aberta, ficando os prisioneiros guardados com sentinela à vista. Depois de 24 horas de jejum e atendendo aos protestos dos grevistas, mandou o comandante distribuir, a cada um, uma refeição que consistia de um pão duro e bofente e de um pedaço de chouriço. Em tal estado estava o pão, que os prisioneiros recusaram-se a ingerir-lo, o que irritou o sr. comandante que, às suas reclamações, respondeu com a palavra de Cambronne — uma prova da alta educação do militar profissional.

Durante a sua forçada viagem de Sacavém a Coimbra, viram os prisioneiros alguns factos de que tomaram apontamento.

Assim, na Póvoa não há pessoal nenhum, em Alverca: chefe Alhandra e factor de 2.º, Correa; em Vila Franca: chefe Rodrigues, de Muge e o filho do chefe de Santana; no Carregado: factor de 2.º, Nunes, de Reguengo; em Azambuja: factor de 2.º, Lopes e agulheiro Manuel Paulo; Reguengo: chefe Cardoso e carregador José Ferreira; no Setil: chefe Vasconcelos e um suplementar; Sant'Ana: chefe Branco e um gorroto, talvez praticante novo; Vale de Santarem: chefe; Santarem: sub-chefe Santos; V. Figueira: chefe Mera, sr. Miranda e chefe Damásio; T. Novas: chefe e mais um empregado telegrafista; Entroncamento: o chefe de 1.º, Atalaia e o chefe de 3.º, Anadou.

Nesta estação colocaram o *vagom fantasma* à passagem norte, onde estavam muitos grevistas, sendo entusiasmamente soltados vivos à greve e aos camaradas presos. Aqui os grevistas presos informaram os seus camaradas sobre a marcha do conflito, fazendo larga distribuição da *Batalha*.

Estes camaradas socorreram os prisioneiros com tabaco, pão, vinho e queijo, etc., pelo que eles lhes estão muito agradecidos. Foram também levantados vivos à greve geral, no Setil, quando da passagem do referido comboio. Em Lamasosa: ninguém; Paivalvo: o chefe e um factor filho do chefe de lango, um agulheiro e um carregador. Em Chão de Maças: o chefe; em Casxarias: o chefe, agulheiro e carregador; em Albergaria: o chefe e agulheiro; em Vermoill: o chefe; em Pombal: ninguém! Um 2.º sargento faz de chefe; em Soure: o pessoal todo (5 homens); em V. Nova de Azeites: um empregado à paisana desconhecido; em Alfairos: um chefe de 1.º, o sub-chefe Santos, um agulheiro e o telegrafista Duarte; em Formosella: o chefe; em Tavero: o chefe; em Coimbra B: o chefe de 3.º e um factor de 3.º; em Coimbra Nova: o mesmo chefe e o factor de 3.º, Bizarro.

Aos vários pedidos que lhes foram feitos para retomar o trabalho, responderam sempre negativamente, pois estavam dispostos a tudo afrontar.

«Nem que vissemos a linha cortada diríamos nada; preferíamos morrer; estávamos dispostos a tudo.»

Em todas as estações por onde passaram, foram-lhes feitas as mais entusiasmantes saudações.

U. S. O. de Lisboa

O comício de quinta-feira

A comissão administrativa da U. S. O. convida os sindicatos aderentes, a enviar hoje, das 21 às 23 horas, os cinquenta centavos, votados na última assembleia de delegados, para suprir

